



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 259/2011

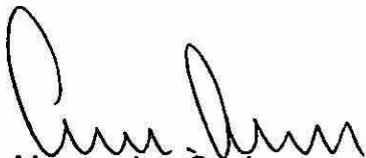
Cria o Museu Histórico do Sudoeste do Paraná.


Art. 1º Fica criado o Museu Histórico do Sudoeste do Paraná, com sede e foro no Município e Comarca de Francisco Beltrão.

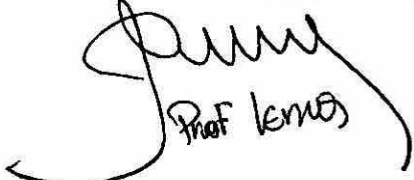
Art. 2º A composição do acervo do Museu Histórico do Sudoeste do Paraná ficará sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura, assim como as dotações orçamentárias para a execução da presente Lei advirão daquela Secretaria.


Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator Pastor Edison


Prof. Lemos


João Guimarães



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 459/2012

Concede o Título de Cidadão
Honorário do Estado do Paraná ao
Senhor Osvino Ricardi.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do
Estado do Paraná ao Senhor Osvino Ricardi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.

Assinatura manuscrita de Jones Guarnierato.

Jones Guarnierato

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

Alexandre Curi
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.

Relator

Assinatura manuscrita de Prof. Lemos.

Prof. Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

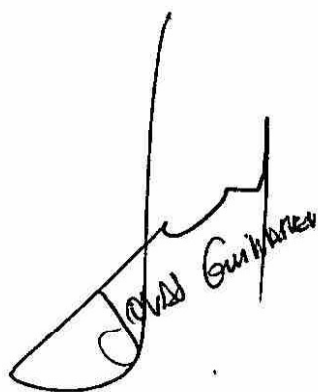
Redação Final ao Projeto de Lei nº 470/2012

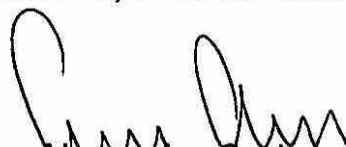
Permite aos mototaxistas, *motoboys* ou motofretistas exercerem suas atividades em âmbito intermunicipal, utilizando-se de rodovias estaduais e federais sob a responsabilidade do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica permitido aos mototaxistas, *motoboys* ou motofretistas devidamente regularizados nos termos da Lei Federal nº 12.009, de 29 de julho de 2009, a exercerem suas atividades em âmbito intermunicipal, utilizando-se de rodovias estaduais e federais sob a responsabilidade do Estado do Paraná.

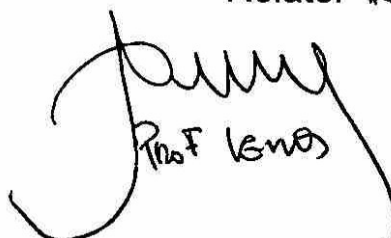
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


João Guimarães


Alexandre Curi
Presidente


Relator *Relator*


Prof. Lenos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 495/2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de assento ao acompanhante da pessoa com deficiência em teatros, cinemas, casa de shows e espetáculos em geral no Estado do Paraná.

Art. 1º Fica obrigatória a destinação de reserva de assento ao acompanhante da pessoa com deficiência em teatros, cinemas, casas de shows e espetáculos em geral no Estado do Paraná.

Art. 2º Os estabelecimentos do segmento cultural terão o prazo de cento e oitenta dias, a partir de regulamentação da presente Lei, para promoverem as adequações necessárias.

Art. 3º O não cumprimento da presente Lei acarretará nas seguintes penalidades, de forma sucessiva, no caso de sua inobservância:

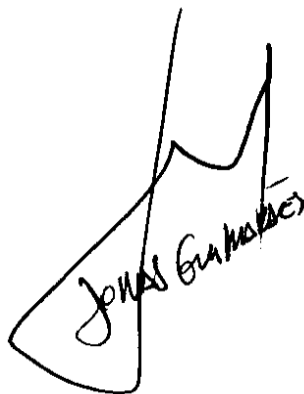
- I – notificação;
- II – advertência;
- III – multa, no valor de 200 UPFs-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná);
- IV – interdição, se não sanada a irregularidade no prazo de trinta dias após a notificação.

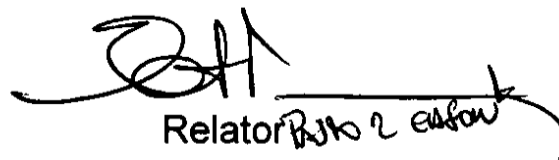
Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias, contados da data de sua publicação.

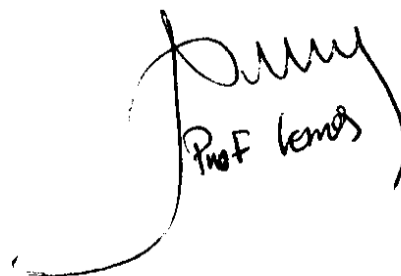
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


Alexandre Curt
Presidente


Jonas Guimarães


Relator *Roberto 2 casanova*


Prof Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 500/2012

Dispõe sobre a afixação de cartazes contendo a inscrição "DENUNCIE O TURISMO SEXUAL – LIGUE 100 OU 190" nos estabelecimentos e na forma que especifica.

Art. 1º Ficam obrigados a afixar cartaz contendo a expressão "DENUNCIE O TURISMO SEXUAL – LIGUE 100 OU 190" os hotéis, motéis, pousadas, pensões, restaurantes, bares, casas de shows, boates, postos de gasolina e rodoviárias.

Art. 2º O cartaz de que trata o artigo anterior deverá conter as inscrições com letras de tamanho grande e maiúsculas, sendo exposto em locais de fácil acesso e visualização.

Art. 3º A inobservância dos preceitos contidos nesta Lei, por parte dos respectivos estabelecimentos comerciais, acarretará na perda de todo e qualquer benefício fiscal concedido pelo Poder Público Estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.

Jonas Guimarães

Alexandre Curt
Alexandre Curt
Presidente

Relator
Relator *Relator*

Prof. Lemus
Prof. Lemus



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 592/2012

Cria a Rota dos Tropeiros no Estado do Paraná.

Art. 1º A presente Lei tem por objetivo instituir a Rota dos Tropeiros no Estado do Paraná e incluir tal Rota no Roteiro Turístico Oficial do Estado.

Art. 2º Para fins desta Lei, integram a Rota dos Tropeiros os Municípios de Arapoti, Jaguariaíva, Tibagi, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Palmeira, Campo Largo, Balsa Nova, Contenda, Lapa, Mandirituba, Quitandinha, Tijucas do Sul, Agudos do Sul, Piên, Rio Negro, Campo do Tenente, Carambeí, Telêmaco Borba e Sengés.

Art. 3º A responsabilidade pela indicação dos pontos pertencentes à Rota dos Tropeiros em cada cidade será do Poder Executivo Municipal local.

Parágrafo Único - O Poder Executivo Estadual poderá auxiliar os municípios na elaboração dos pontos pertencentes à Rota dos Tropeiros.

Art. 4º Cada município deverá oferecer informações a respeito dos pontos pertencentes à Rota dos Tropeiros e, se possível, construir um marco que identifique a sua delimitação.

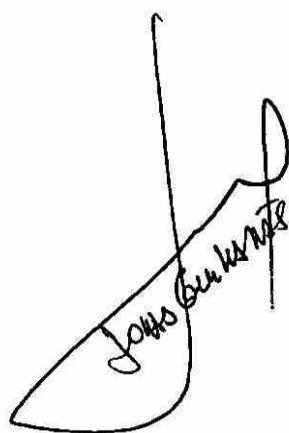
Art. 5º O Poder Executivo Estadual poderá regulamentar esta lei para seu fiel cumprimento.

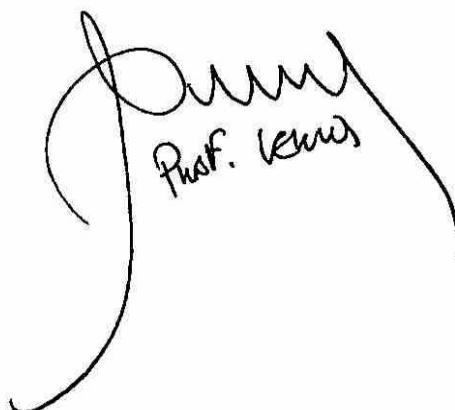
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator *Relator*


Prof. Curi


Prof. Curi



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 620/2012

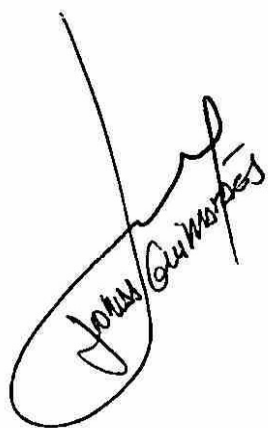
Altera o art. 1º da Lei nº 14.855, de 19 de outubro de 2005.


Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.855, de 19 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

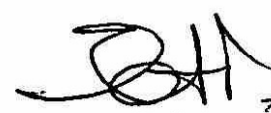
“Art. 1º As lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental, particular e da rede pública, deverão seguir padrões técnicos de qualidade nutricional que assegurem a saúde dos consumidores, de modo a prevenir a obesidade, diabetes, hipertensão, problemas do aparelho digestivo e outros.”


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

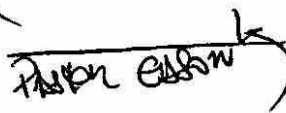
Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


João Guimarães


Alexandre Curt
Presidente


Relator


Paulo F. Leng





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 93/2013

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o FIH₂ - Festival Internacional de Danças Urbanas & HIP HOP.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado do Paraná a manifestação cultural intitulada FIH₂ - Festival Internacional de Danças Urbanas & HIP HOP, a ser realizada anualmente, no mês de julho, no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.

Alexandre Curi
Presidente

Relator *Relator*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 133/2013

Altera a Lei nº 13.400, de 21 de dezembro de 2001,
que dispõe sobre o tempo razoável para atendimento
de clientes em filas de caixas.

Art. 1º Ficam acrescidos os §§ 3º e 4º ao art. 1º da Lei nº 13.400,
de 21 de dezembro de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º O cartaz mencionado no parágrafo anterior deverá respeitar
os diâmetros de 50 cm de comprimento por 30 cm de altura e
conter, ainda, informações aos clientes sobre o prazo para
atendimento previsto no § 1º deste artigo.

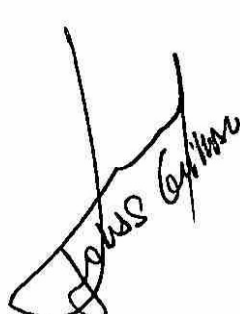
§ 4º A quantidade de cartazes deverá obedecer ao seguinte
critério:


I – ao menos quatro para estabelecimentos que possuam mais de
4.000 m²;

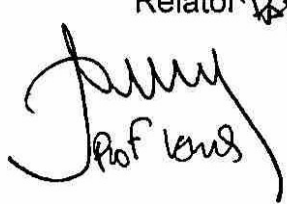
II – ao menos dois para aqueles que possuam entre 1.000 m² e
3.000 m²."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator


Prof. Luis



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 169/2013

Concede o Título de Cidadão
Honorário do Estado do Paraná
ao Senhor Herbert Arnold Bartz.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Herbert Arnold Bartz.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.

Alexandre Curi
Presidente

Assinatura manuscrita do relator, com uma linha horizontal estendida para a direita.

Relator *Relator*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 181/2013

Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Vilson Ribeiro de Andrade.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Vilson Ribeiro de Andrade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.

Assinatura manuscrita de João Gusmano, com o nome escrito em uma forma estilizada e inclinada.

Assinatura manuscrita de Alexandre Guri, com uma letra inicial 'A' muito grande e decorativa.

Alexandre Guri
Presidente

Assinatura manuscrita de Roberto Elisei, com uma letra inicial 'R' muito grande e decorativa.

Relator Roberto Elisei

Assinatura manuscrita de Vilson Ribeiro de Andrade, com o nome 'Vilson' e 'Prof' visíveis.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 184/2013

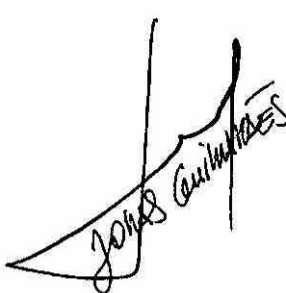
Altera o art. 2º da Lei nº 13.900,
de 25 de novembro de 2002.



Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.900, de 25 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

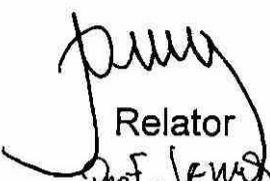
"Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º desta Lei será destinado pela Sociedade Eunice Weaver do Paraná ao atendimento médico, educacional e social de crianças, adolescentes e adultos, de ambos os sexos, em especial aos doentes de risco ou com necessidades especiais, através de atendimento profissionalizante, psicológico, assistencial, educacional, material e outras atividades afins, bem como a promover e apoiar a pesquisa científica, com prioridade aos filhos sadios de hansenianos".


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


Jones Cavalcante


Presidente  Rose


Relator
Prof. Leung


Rose



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 248/2013

Institui a Semana Estadual do Rio Ivaí,
a ser realizada na semana do dia 21 de
abril de cada ano.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual do Rio Ivaí, a ser realizada na semana do dia 21 de abril de cada ano, em consonância com o Dia Estadual do Rio Ivaí.


Art. 2º A Semana Estadual do Rio Ivaí tem por escopo estimular e motivar os órgãos públicos e privados à promoção, divulgação e realização de eventos educativos, culturais, esportivos e ambientais, com o objetivo de valorização do Rio Ivaí.


Art. 3º Poderão ser firmadas parcerias com entidades privadas para a realização da semana a que se refere esta Lei.


Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

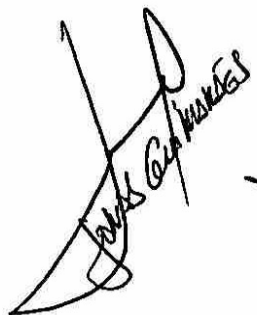
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator


Prof. Lenis





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 272/2013

Cria a Semana do *Check-up* Juvenil na rede pública estadual de saúde.

Art. 1º Fica criada a Semana do *Check-up* Juvenil na rede pública de saúde do Estado do Paraná, a ser realizada todos os anos na última semana do mês de fevereiro.

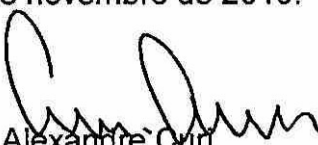
Parágrafo único. A semana será direcionada aos pacientes com idade de dez a dezoito anos e terá como objetivo a realização de exames preventivos com o intuito de detectar distúrbios como o colesterol alto, diabetes, problemas de coração e hipertensão.


Art. 2º Quando da observação de problemas de saúde, deverá o profissional médico fazer encaminhamento aos órgãos competentes de atendimento à saúde pública, bem como a imediata comunicação aos pais ou responsáveis.

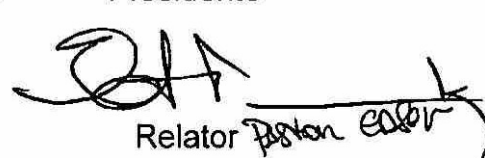
Art. 3º A Semana do *Check-up* Juvenil terá ampla divulgação pelos órgãos competentes, inclusive por meio de cartazes que deverão ser afixados nos postos de saúde, escolas e demais órgãos públicos estaduais.

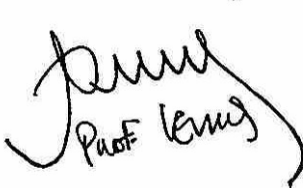
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Jones Gaiardes


Relator *Relator*


Prof. Lemus



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 408/2013

Denomina Antônio Ueno o viaduto localizado na Rodovia PR-445, no cruzamento da Avenida Arthur Thomas com a Avenida Juvenal Pietraróia.

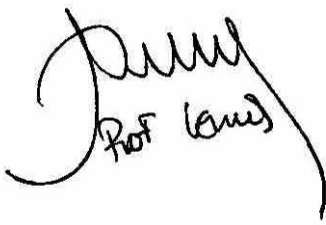
Art. 1º Fica denominado Antônio Ueno o viaduto localizado na Rodovia PR-445, que liga os Municípios de Londrina e Cambé, no cruzamento da Avenida Arthur Thomas com a Avenida Juvenal Pietraróia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator


Prof. (au)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

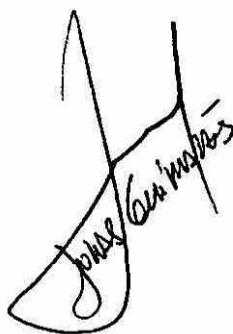
Redação Final ao Projeto Lei nº 430/2013

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia do Troféu Moura Brito, realizado anualmente na primeira quinzena do mês de outubro, no Município de Curitiba.


Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia do Troféu Moura Brito, realizado anualmente na primeira quinzena do mês de outubro, no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.



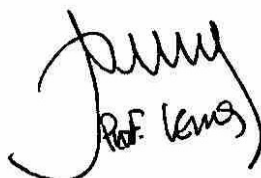
José Carlos Impos



Alexandre Curi
Presidente



Relator *Relator*



Prof. Leung



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

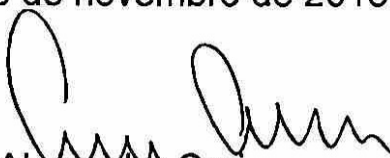
Redação Final ao Projeto Lei nº 438/2013


Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Fernandes Jardim Júnior.

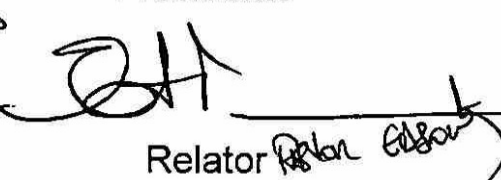
Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor José Fernandes Jardim Júnior.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


Alexandre Guri
Presidente


José Guimarães


Relator


Prof. Leão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

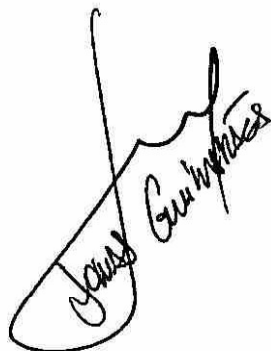
Redação Final ao Projeto de Resolução nº 20/2013


Revoga as Resoluções nº 1,
de 13 de abril de 2000, nº 1,
de 19 de março de 2002, nº
8, de 3 de julho de 2002 e nº
9, de 3 de setembro de 2002.

Art. 1º Ficam revogadas as Resoluções nº 1, de 13 de abril de 2000, nº 1, de 19 de março de 2002, nº 8, de 3 de julho de 2002 e nº 9, de 3 de setembro de 2002.

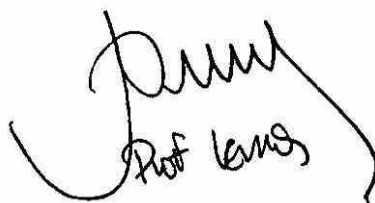
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.


Alexandre Curi


Alexandre Curi
Presidente


Relator *Relator (Assinatura)*


Prof. Lemos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 418/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.:

Em, 11 SET. 2013

1º Secretário

Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-PR, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-PR, dos serviços municipais de inspeção e fiscalização sanitária no âmbito do Estado do Paraná.

§ 1º Para entendimento desta Lei considera-se:

a) Agricultura Familiar aquela definida pelo Art.3º da Lei Federal 11.326 de 24 de julho de 2006, compreendidos e denominados aqui de agricultores familiares, colonos, pequenos agricultores, camponeses, agricultores assentados, quilombolas, pescadores, comunidades tradicionais, extrativistas, e indígenas;

b) Agroindústria Familiar aquela realizada pela agricultura familiar, nos seus distintos públicos e culturas, citados no parágrafo anterior, localizadas em comunidades rurais ou próximas, que em muitas regiões pode ser popularmente entendida como produto colonial;

c) Produção Artesanal aquela realizada em pequena escala de produção, que se utiliza de micro e pequenas estruturas físicas, valendo-se, geralmente, de mão de obra intensiva, agregando aos produtos características peculiaridades de aspectos

Praça Nossa Senhora Salete s/n, Curitiba/PR, CEP: 80530-911, Telefone: (41) 3350-4068, 6º Andar, Gabinete 601, Site:

<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/index.php?id=248>

15:05 11/09/2013 007971 DDP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury



históricos, culturais, geográficos, e da criatividade humana, que lhe conferem identidade;

d) Agroindústria de Pequeno Porte aquela caracterizada por ter produção de média escala, como regra, reunindo um conjunto de pessoas organizadas coletivamente, formal ou informalmente, em grupos, associações e ou cooperativas, mas podendo ser propriedade individual ou familiar;

e) Sistema de Inspeção Municipal – SIM – aquele criado por legislação específica, que visa dotar o município de serviço público de inspeção e fiscalização industrial e sanitário de produtos de origem animal e vegetal, comestíveis e não comestíveis, como estabelecimentos de abate, processamento, manipulação, transformação, acondicionamento, armazenamento e envasamento.

§ 2º O Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF-PR - terá como finalidade:

I – realizar a integração sistêmica, horizontal e descentralizada dos Serviços de Inspeção Municipais - SIM;

II – traçar as diretrizes básicas da Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte;

III – produzir e editar instruções, por meio de normas técnicas específicas socialmente adequadas;

IV – realizar e estimular parcerias, com órgãos públicos e privados, com instituições de pesquisa e educacionais, de capacitação, assistência técnica e extensão;

V – fazer a interlocução e o monitoramento dos Serviços de Inspeção Municipais do Estado do Paraná;

VI – conceder autorização de liberação do comércio intermunicipal;

VII – conceder autorização de uso e realizar a gestão do selo de qualidade;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury



VIII – organizar e manter informações cadastrais das Agroindústrias Familiares, Artesanais e de Pequeno Porte existentes no Estado do Paraná – SUSAF-PR.

§ 3º Para aderir ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-PR - o município deverá ter legislação municipal que cria o Sistema de Inspeção Municipal – SIM –, e ter em funcionamento, o serviço no município ou em consórcio regional.

§ 4º Os produtos que têm inspeção municipal com adesão ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-PR - poderão realizar comércio intermunicipal no âmbito do território do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF-PR –, atuará articulado com o Sistema Único de Saúde, e desenvolverá parcerias com órgãos de Estado e da sociedade, no que for necessário, para preservar e promover a saúde pública.

Art. 3º - O Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF-PR - trabalhará com objetivo de garantir a inocuidade, a integridade e a qualidade do produto final, editará normas técnicas de instruções próprias, onde a avaliação da condição sanitária estará fundamentada em parâmetros técnicos de Boas Práticas Agroindustriais e Alimentares, respeitando as especificidades locais de produtos, as diferentes escalas de produção, considerando, inclusive, os aspectos peculiares locais, geográficos, históricos e valores culturais agregados ao produto.

Art. 4º - O Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-PR - terá como instância estadual, superior e central o Conselho Gestor, que coordenará, produzirá diretrizes, normas



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury



técnicas, publicará instruções em normativas, e contará com uma câmara técnica consultiva regular, um coordenador geral e um secretário executivo.

§ 1º A câmara técnica será composta de profissionais que trabalhem com inspeção e ou fiscalização sanitária animal e vegetal, ampliada de profissionais de outras áreas, como da saúde humana, engenharias - alimentos, sanitária, ambiental - ciências jurídicas e sociais, enologia, biologia, zootecnia, da assistência técnica a produtores, da pesquisa, dentre outros, que o Conselho Gestor entender que seja necessário e apropriado, e definir em Instrução Normativa.

§ 2º O Conselho Gestor terá a seguinte composição:

I – dois representantes da Secretaria da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul;

II – dois representantes da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento;

III – um representante da Secretaria da Saúde;

IV – um representante da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

V – um representante do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas;

VI – um representante do serviço público, estatal ou não-estatal, de assistência técnica e extensão rural;

VII – um representante de Organizações Não Governamentais que desenvolvam assessoria, ou assistência técnica a agricultores familiares, à produção artesanal, ou de pequeno porte em agroindústria;

VIII – um representante de Organização de Consumidores;

IX – um representante de classe, associação, categoria ou fórum de profissionais que trabalhem com inspeção sanitária, saúde humana ou alimentação;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury



X – um representante de universidades ou instituições de pesquisa, que desenvolvam atividades relacionadas à agroindústria familiar, artesanal ou de pequeno porte;

XI – três representantes de organizações da agricultura familiar;

XII – dois representantes de cooperativas de agricultores familiares que desenvolvam atividades de agroindústria;

XIII - quatro representantes designados pelo poder público de municípios ou de consórcio regional que tenham adesão ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-PR .

§ 3º O Conselho Gestor será coordenado pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, sendo que o seu funcionamento, regimento interno, critérios de escolha dos representantes e respectivos mandatos, financiamento de estruturas e de recursos humanos, e demais providências será regulamentado por decreto.

Art. 5º - O Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF-PR - emitirá um selo que identificará o produto, para o qual a sua obtenção, regras de uso, gestão da qualidade, entre outras providências serão objeto de regulamento específico pelo Conselho Gestor.

Art. 6º - A Defesa Sanitária Estadual, através da Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal - GIPOA- da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, atuará de forma integrada e sob orientação do Conselho Gestor do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF-PR.

Art. 7º - Com a finalidade de promoção da saúde pública, o Estado do Paraná poderá celebrar convênios com entes da Federação e criar programas de incentivo e de apoio aos Municípios para a estruturação de Serviços Municipal de Inspeção – SIM –, bem como a promoção de ações educativas, de extensão e de pesquisa visando a qualidade dos produtos das agroindústrias cadastradas no Sistema

Praça Nossa Senhora Salete s/n, Curitiba/PR, CEP: 80530-911, Telefone: (41) 3350-4068, 6º Andar, Gabinete 601, Site:

<http://www.alep.pr.gov.br/deputados/index.php?id=248>



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury

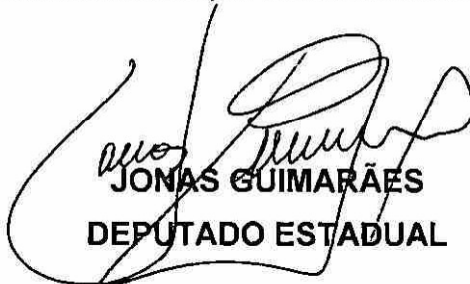


Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte - SUSAF-PR.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até cento e oitenta dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 2013.


JONAS GUIMARÃES
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury



JUSTIFICATIVA

A necessidade da escala de produção para ampliar o comércio, impuseram naturalmente, exigências sanitárias e cuidados aos produtos agroindustrializados, a própria evolução da medicina e da ciência evidenciaram, cientificamente, que os alimentos, sem o cuidado necessário trazem o potencial de causar problemas à saúde pública, que no caso de haver descuidos, podem ser fatais, e os riscos devem ser evitados.

Entretanto, do cuidado higiênico-sanitário às exigências e imposições de regras sobre técnicas e tramites burocráticos tem uma diferença enorme. Trata-se de concepção, ou seja, de como o Estado - e suas instituições -, que cria leis, regula, orienta, capacita, forma profissionais, organiza o funcionamento da economia e da sociedade, se posiciona e conduz as coisas, incluindo ou excluindo com as políticas públicas, induzindo ou desestimulando ações e comportamentos sociais, criando restrições ou não, para o funcionamento de agentes socioeconômicos. O caso, das pequenas indústrias rurais, agroindústrias familiares, agroindústrias de pequeno porte, agroindústria artesanal, são um exemplo emblemático disso.

O padrão técnico criado, sob a justificativa de cuidar os aspectos sanitários, representou exigências fora do alcance e longe da realidade da agricultura familiar, como resultado se teve a exclusão de milhares de pequenas agroindústrias.

Neste contexto, os Serviços de Inspeções Municipais surgiram diante das exigências da fiscalização sanitária e a partir das necessidades de induzir formas de desenvolvimento endógeno, aproveitando as potencialidades locais e regionais, muitas já existentes de maneira informal, outras com potencial de existirem. Assim, a inspeção municipal surgiu como estratégia para existir, já que a inspeção estadual e federal estiveram distantes da realidade,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury



se constituindo da prática, em impedimento para os agricultores acessarem aos mercados.

Ocorreu que foi aceito legalmente a inspeção municipal, mas, foi lhe imposto o limite geográfico da fronteira do município, como se isso tivesse alguma coisa com qualidade. Algo totalmente sem fundamento e se tornou, na prática, uma grande incoerência, o fato de um cidadão que tem o consumo liberado de um produto de uma agroindústria local, mas a população vizinha, que fica ao lado, não poder igualmente fazê-lo.

Assim são muitos casos de municípios vizinhos que não podem comercializar seus produtos, pois são impedidos, pela justificativa de preservar a saúde da população, mas de fato, o que ser preservou mesmo, foi o mercado para as empresas maiores. Infelizmente, isso tudo ocorrendo com a conivência dos governos por meio do serviço público, dos profissionais formados a partir de uma visão convencional, e de criação de leis e regulamentos que são desfavoráveis as pequenas agroindústrias.

Este Projeto de Lei que ora apresentamos, a partir de um modelo adotado no Estado do Rio Grande do Sul, propõe instituir o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte com o objetivo de integrar os serviços já existentes. Serviços estes de responsabilidade local, mas que inseridos em um Sistema Único cria as condições de gestão de um padrão de qualidade e de compromissos recíprocos entre os municípios, com ações do Governo do Estado do Paraná e do Governo Federal para qualificar estes serviços, dando um padrão de qualidade, cada vez melhor, garantindo assim, o resultado final que se busca, que é a proteção da saúde das pessoas, e de outro lado o desenvolvimento local e regional.

Este Projeto de Lei visa, portando, organizar melhor esse serviço de alta relevância social, em um sistema, de forma a se ter a saúde da população garantida e estimular a agricultura familiar e os pequenos empreendimentos agroindustriais a se desenvolverem, acessando a novos mercados, ampliando a produção, inovando

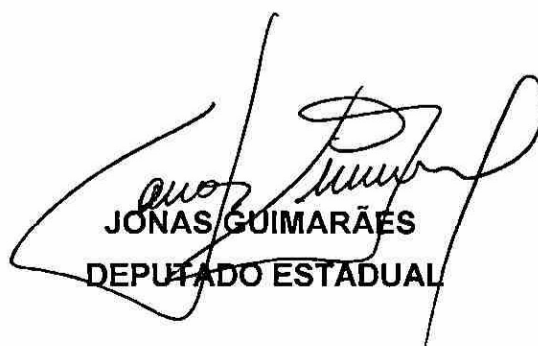


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Khury



tecnologicamente, e assim gerando trabalho e renda, garantindo a permanência da juventude do campo, e ao consumidor ofertando aquele produto local, com gosto da colônia, valorizando os municípios e fortalecendo as economias regionais.


JONAS GUIMARÃES
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 418/2013

Projeto de Lei nº 418/2013

Autor: Deputado Estadual Jonas Guimarães

Súmula: Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF-PR.

EMENTA: SISTEMA UNIFICADO DE SANIDADE AGROINDUSTRIAL. POSSIBILIDADE. ART. 23 DA CF. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Jonas Guimarães, visa instituir o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial, familiar, artesanal e de pequeno porte (SUSAF-PR), no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e técnica legislativa dos projetos de lei apresentados:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No que tange à competência para legislar, trata-se de matéria comum prevista no artigo 23, VIII, da Constituição Federal, conforme segue:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Observe-se a Lei Federal 11.326/06, que estabelece as diretrizes gerais para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Nesse sentido, entende-se que a norma federal tem caráter geral, vindo a presente proposição suplementar a legislação já existente.

Vislumbra-se, portanto, que o projeto de lei apresentado pelo legislador estadual não encontra óbice constitucional e legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



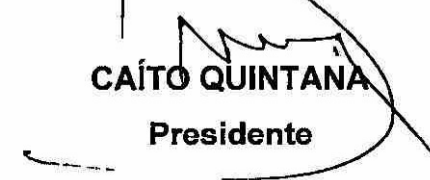
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **Constitucionalidade, Legalidade e Técnica Legislativa**.

Sala das Comissões, 01 de outubro de 2013.


NEREU MOURA
Relator


CAÍTO QUINTANA
Presidente

APROVADO
01/10/13 








Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura



VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI Nº 418/2013

Projeto de Lei nº. 418/2013

Autoria: Deputado Jonas Guimarães

Súmula: Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF-PR e das outras providências.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, tem por objetivo instituir o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF-PR, com o intuito de integrar e padronizar os serviços de inspeção sanitária aos produtos agroindustrializados oriundos de pequenas indústrias rurais, agroindústrias familiares, agroindústrias de pequeno porte e agroindústrias artesanais.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 01/10/2013, tendo como relator o Deputado Caíto Quintana, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-E do Regimento Interno desta Casa.

O Relator do Projeto nesta Comissão, Deputado Elton Welter, apresentou parecer solicitando a sua baixa em diligência à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento para que apresente informe técnico sobre a viabilidade da implantação de tal programa.

Ocorre que no que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente Projeto nesta Casa, uma vez que tem por objetivo principal padronizar o tratamento dado aos pequenos produtores em nosso Estado, no que se refere às técnicas e tramites de fiscalização sanitária.

A legislação estadual que trata do assunto deu ensejo ao surgimento de serviços de inspeções sanitárias municipais, satisfazendo a

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura



necessidade de induzir formas de desenvolvimento endógeno e de explorar as potencialidades locais e regionais, fatores difíceis de serem alcançados pela inspeção estadual.

Observamos que tal prática trouxe uma grande discrepância entre os pequenos produtores, criando barreiras geográficas nas fronteiras dos municípios, fazendo com que propriedades vizinhas sofram tratamento distinto em relação à liberação do uso de alguns produtos, prejudicando famílias que ficam proibidas injustamente de explorar tais produtos. A simples justificativa de através uma barreira geográfica local dar tratamento desigual a pequenos produtores é injusta e prejudicial aos praticantes da agricultura familiar, criando um ônus ao desenvolvimento da população.

Acreditamos que o Projeto em análise vem no intuito de corrigir tal discrepância, integrando os serviços de sanidade agroindustrial direcionados aos pequenos produtores de todo o Estado, possibilitando um desenvolvimento justo e igualitário à população. Seu objetivo não é retirar dos Municípios a competência para fiscalizar as pequenas propriedades, mas garantir um tratamento igualitário a todos os produtores.

Importante observar que tal modelo já é adotado nos Estados do Rio grande do Sul e Tocantins, sendo uma tendência a ser adotada em todos os estados brasileiros objetivando o crescimento da agroindústria.

Ainda, sobre a atribuição da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento para coordenar, articular e normatizar os programas que venham a atender as necessidades dos produtores rurais, citada no Parecer do Relator e prevista no artigo 3º, III do Decreto 6.485/2002, acreditamos que a aprovação do presente Projeto não retira ou interfere em nenhuma de suas competências, uma vez que a implantação de tal cadastro dependerá da gestão do programa por parte da referida Secretaria. Além disso, a análise da competência constitucional já foi realizada pela CCJ e o Poder Executivo detém a competência para vetar o projeto caso o considere inconstitucional ou contrário ao interesse público.


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

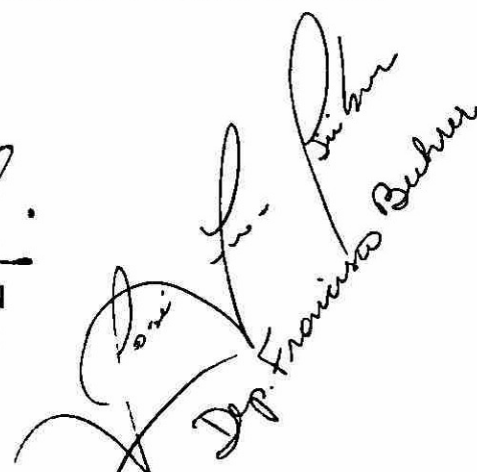


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Agricultura

Diante do exposto, consideramos que o Projeto em análise traz um importante mecanismo para o fomento da agricultura familiar e de pequeno porte em nosso estado, sendo parecer desta Comissão **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.


DEPUTADO PEDRO LUPION
Presidente em exercício


Dep. Francisco Bührer


DEPUTADO ANIBELLI NETO


Dep. Jairo


Dep. Gilberto Martin


Dep. Rosca



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 418/2013

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre o sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF_PR.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de melhorar esse serviço de alta relevância social, em um sistema de forma a se ter a saúde da população garantida e estimular a agricultura familiar e os pequenos empreendimentos agroindustriais a se desenvolverem, acessando a novos mercados, ampliando a produção, inovando tecnologicamente, e assim gerando trabalho e renda, garantindo permanência da juventude do campo.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 2013.


DR. BATISTA
Presidente


Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 418/2013

Súmula: Dispõe sobre o sistema unificado estadual de sanidade agroindustrial familiar, artesanal e de pequeno porte-susaf-Pr.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 418/2013, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre o sistema unificado estadual de sanidade agroindustrial familiar, artesanal e de pequeno porte-susaf-Pr.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.

FUNDAMENTAÇÃO

É importante garantir a integridade e a qualidade do produto final, orientando sobre as normas técnicas e instruções em que a avaliação da condição sanitária será fundamentada em parâmetros técnicos de boas práticas agroindustriais e alimentares, respeitando as especificidades locais e as diferentes escalas de produção, considerando, inclusive, os aspectos sociais, geográficos,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa



históricos e os valores culturais agregados aos produtos. Esta Lei foi instituída no ordenamento jurídico como um inovador sistema de proteção e estímulo das atividades empresariais de pequeno porte, proporcionando a esse tipo de empreendimento um modelo simplificado de tributação, redução de burocracia, facilidade de acesso ao crédito e inovação das relações trabalhistas, entre outros.

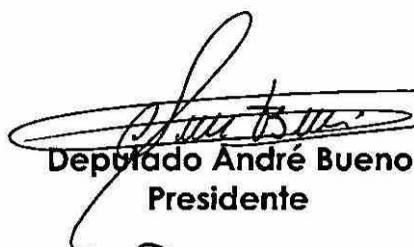
6

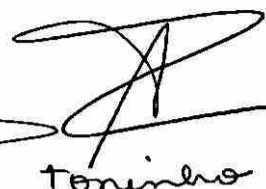
CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei 418/2013.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2013.


Nelson Garcia


Deputado André Bueno
Presidente


Toninho


Deputado Caíto Quintana
Relator


Wilson



PROJETO DE LEI 484/13

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Curitiba, para reativação das atividades da Biblioteca da "Casa Kazák".

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Curitiba, do imóvel caracterizado como Casa Kozák, localizado na Rua Padre Júlio Saavedra, nº 588, Bairro Uberaba, Planta Sítio Cercado nº 2, no Município de Curitiba, objeto da Matrícula nº 74.360, do 4º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, será usado exclusivamente para a reativação das atividades da Biblioteca da "Casa Kozák".

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 03 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM

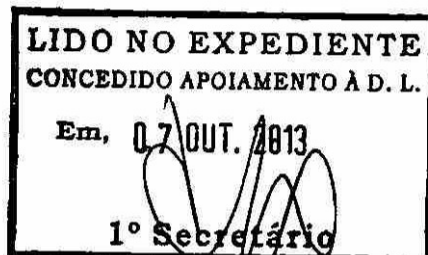
Nº 121/2013

Curitiba, 03 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 07/10/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Município de Curitiba, do imóvel caracterizado como Casa Kozák, localizado na Rua Padre Júlio Saavedra, nº 588, Bairro Uberaba, Planta Sítio Cercado nº 2, no Município de Curitiba, objeto da Matrícula nº 74.360, do 4º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado exclusivamente para a reativação das atividades da Biblioteca da “Casa Kozák”.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade; que será usado exclusivamente para a destinação prevista; que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná caso o donatário não cumpra, no prazo de dois anos, a finalidade prevista; e que a municipalidade terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do bem doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.116.264-4

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

134330 07/10/2013 000587 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 484/2013

Projeto de Lei nº 484/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 121/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Curitiba, para reativação das atividades da biblioteca da “Casa Kazak”.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CURITIBA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 121/2013, visa efetuar a doação ao município de Curitiba, do imóvel localizado na Rua Padre Julio Saavedra, nº 588, Uberaba, Planta Sítio Cercado nº 2, no Município de Curitiba, de Matrícula nº 74360, do 4º Serviço de Registo de Imóveis da Comarca de Umuarama, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Importante observar que a doação em exame destina-se a reativação das atividades da biblioteca da "Casa Kozak".

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, parágrafo único, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

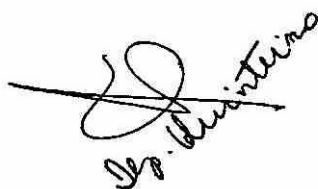
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR


Dep. Teruo


Dep. Quintino


Dep. Soares


Dep. Lourenço


Dep. Tassinari


Dep. Tassinari


Dep. Curi

APROVADO
15.10.2013

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Neres



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello
Comissão de Cultura



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 484/2013

Autor: Poder Executivo
Relator: Deputado Bernardo Carli

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a Efetuar a Doação de Imóvel que especifica ao Município de Curitiba, para Reativação das Atividades da Biblioteca da "Casa Kazák".

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei em questão objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Curitiba, do imóvel denominado "Casa Kazák".

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Teruo Kato, o Projeto em questão foi aprovado ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, o projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

O imóvel denominado "Casa Casák", que é objeto de doação da presente mensagem enviada pelo Poder Executivo, será utilizado exclusivamente para reativação das atividades da Biblioteca da "Casa Kozák".

Os Direitos Culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil, encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988, devido à sua relevância como fator de singularização da pessoa humana.

Questão que se evidencia da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado garantir o acesso às fontes da cultura nacional.

R



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Neste contexto, a doação do imóvel em questão auxiliará o acesso à cultura por meio da leitura, já que o espaço comportará uma biblioteca pública.

Com isto, o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental por simbolizar a oportunidade de formação de leitores que podem se tornar cidadãos críticos e atuantes em nossa sociedade, desvendando o mundo pela leitura.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 30 de outubro de 2013.

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO

PRESIDENTE

DEPUTADO BERNARDO CARLI

RELATOR

DEPUTADO RASCA RODRIGUES

MEMBRO

DEPUTADO TERUO KATO

MEMBRO

DEPUTADO CAITO QUINTANA

MEMBRO

DEPUTADO WILSON QUINTEIRO

MEMBRO

DEPUTADO PEDRO LUPION

MEMBRO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 484/2013

Projeto de Lei nº 484/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 121/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Curitiba, para reativação das atividades da Biblioteca da “Casa Kazák”.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 484/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 121/2013, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel caracterizado como “Casa Kozák”, localizado na Rua Padre Júlio Saavedra, nº 588, Bairro Uberaba, Planta Sítio Cercado nº 2, no Município de Curitiba, objeto da Matrícula nº 74.360, do 4º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 484/2013, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Curitiba no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para reativação das atividades da Biblioteca da “Casa Kozák”. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades educacionais, como a disponibilidade de um espaço para leitura, serviços culturais, literários, oficinas e visitas monitoradas, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses de todos e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento prioritário, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 484/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 121/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 484/2013,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referencia a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Teruo Kato, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Umuarama, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 484/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 04 de novembro de 2013.*

Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Teruo Kato
TERCÍLIO TURINI
Relator

Adelino Ribeiro

Jonas Guimarães

Pastor Edson Praczyk